

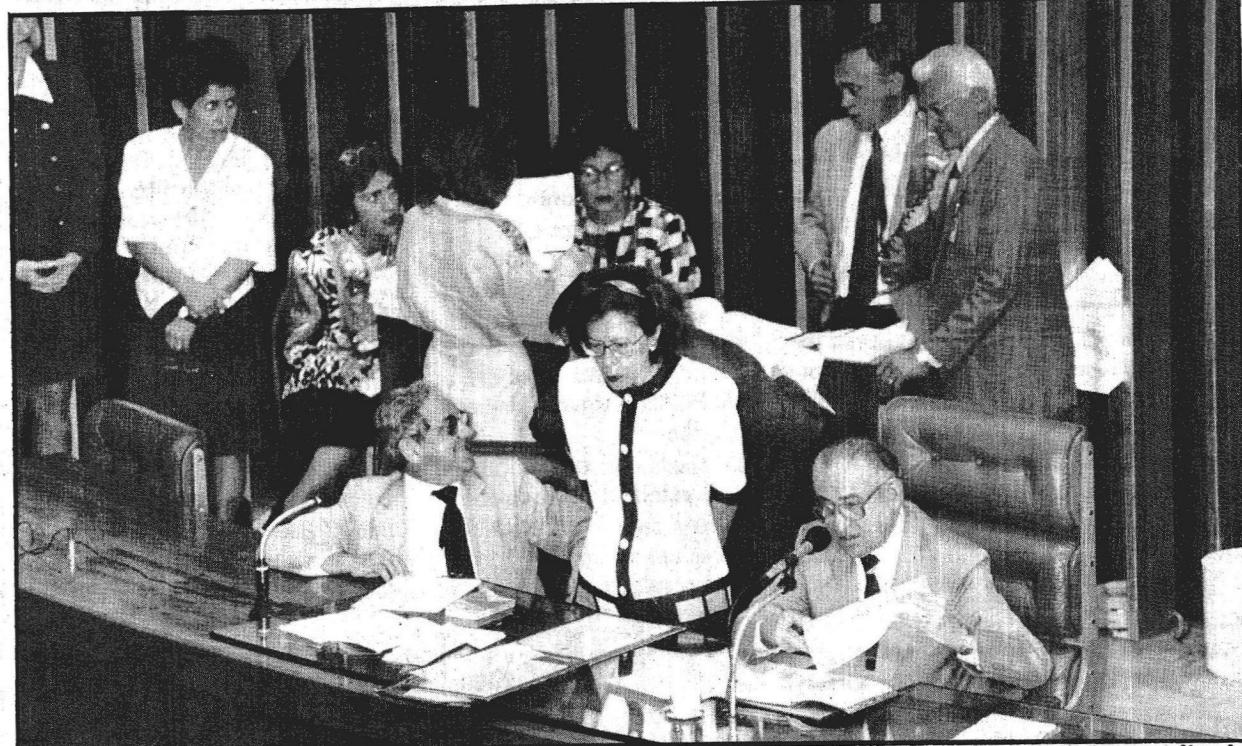
# Congressistas afirmam que Itamar quer jogar Parlamento no ridículo

Geraldo Magela

O presidente Itamar Franco e o ministro-chefe da Casa Civil, Henrique Hargreaves, foram duramente criticados ontem, na sessão extraordinária do Congresso convocada apenas em consequência de erros que provocaram a reedição da Medida Provisória nº 334, que fixa regras para suspensão de processos de privatização. Para o senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), o Congresso foi "jogado ao ridículo" ao realizar uma sessão solene para justificar um erro de "tecnocratas desatentos" do Palácio do Planalto. Para o líder do PT na Câmara, Vladimir Palmeira (RJ), houve um processo intencional para desmoralizar a Câmara e o Senado. Aos berros, o deputado Chico Vigilante (PT-DF) disse não entender como o ministro Hargreaves, assessor legislativo por tantos anos, concordou com a republicação da MP em data inoportuna.

O único a defender Itamar foi o mineiro Israel Pinheiro Filho: "O Presidente pode cometer erros, mas antidiplomata ele não é". Apesar de o presidente em exercício do Congresso, senador Chagas Rodrigues, ter anunciado a apresentação na próxima segunda-feira de um decreto legislativo proibindo o pagamento da ajuda de custo aos parlamentares pela convocação extraordinária, Vladimir Palmeira acusou Itamar de forçar uma convocação extra para que o plenário acabasse discutindo se os parlamentares merecem receber um salário por um dia apenas de trabalho. "Levando em conta a inteligência do Presidente, atribuo-lhe a intenção de desmoralizar o Legislativo, porque não poderia acusá-lo de ignorância ou de má-fé", disse.

A sessão extraordinária durou uma hora, com duas interrupções. Chico Vigilante tentou colocar em



Parlamentares criticaram Itamar por convocar o Congresso somente para analisar uma MP reeditada

votação o decreto legislativo impedindo o pagamento da ajuda de custo. Mesmo o presidente em exercício, Chagas Rodrigues, tendo garantido que na próxima segunda-feira o decreto será apresentado para votação neste mês, Vigilante disse que não acredita que os parlamentares fossem dispensar o pagamento, a não ser que houvesse uma proibição expressa do Plenário. Hoje, deputados e senadores recebem Cr\$ 337 milhões de salário e teriam direito a uma ajuda de Cr\$ 198 milhões pela convocação extraordinária. Como a convocação foi para o trabalho de apenas um dia útil, correspondendo apenas a uma sessão plenária, os 503 deputados e 81 senadores teriam direito a receber, mesmo sem comparecer ao Plenário.

Assim, para Chagas Rodri-

gues, o pagamento da ajuda referente ao subsídio do parlamentar "seria imoral e antiético, e tanto os presidentes da Câmara quanto do Senado, além dos líderes dos partidos, já assinaram o decreto legislativo que impede tal pagamento". O decreto, no entanto, terá que ser aprovado pelos plenários do Legislativo. Mansueto de Lavor chegou a sugerir a devolução da MP 334 ao Planalto para a correção dos erros, coincidindo a republicação com o início dos trabalhos legislativos do segundo semestre, na próxima segunda-feira. Segundo o Planalto, a MP foi republicada porque já haviam expirados seus 30 dias de validade. Mas, segundo Mansueto, dois artigos com erros foram reescritos na nova medida.

Apenas 32 deputados e 18 senadores compareceram à sessão.

Houve quórum no Senado, mas na Câmara o número de presenças exigido era de 84 deputados. Para garantir os resultados da convocação extra, apesar da falta de número suficiente na Câmara, Chagas Rodrigues deu por lida a MP, mesmo sem quórum, e criou a comissão mista de deputados e senadores para dar parecer até o final do mês.

O deputado Vital do Rego (PDT-PB) pediu que o painel eletrônico registrasse as presenças de todos os parlamentares. Quem se sentir prejudicado como o não-pagamento da ajuda de custo poderá reivindicar na Justiça, mas o Congresso nada pagará por apenas um dia de trabalho, além do que o regimento autoriza mas não obriga o pagamento, disse Israel Pinheiro, depois de pedir esclarecimentos à Mesa do Congresso.